

CONJUNTURA – SAÚDE SUPLEMENTAR

IESS – INSTITUTO DE ESTUDOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

13ª EDIÇÃO
MARÇO DE 2011

Editorial

Há diversos motivos para famílias, empresas e governo comemorarem os resultados de 2010. A economia brasileira cresceu 7,5%; a taxa de desemprego, de 5,4%, atingiu o menor patamar desde que a série foi criada; a renda dos trabalhadores cresceu principalmente no setor público; os governos bateram recordes de arrecadação; e muitas empresas têm divulgado resultados positivos.

No entanto, questões como a inflação e o câmbio passaram a ameaçar a continuidade do crescimento econômico.

De certo, há uma incompatibilidade entre o crescimento da renda e do investimento. Enquanto a renda cresce e puxa a demanda por produtos, o baixo nível de investimento restringe o aumento da oferta. O resultado se manifesta sobre a taxa de inflação, que já atingiu 6,0% nos últimos 12 meses (fev/10 a fev/11), patamar muito superior à meta de 4,5% do BACEN.

A inflação é hoje a principal preocupação para o governo, que por este motivo já anunciou um corte de R\$ 50 bi no orçamento de 2011 e empenhou esforços políticos para a votação do salário mínimo de R\$ 545.

O BACEN também tem tomado medidas para conter a inflação. A principal delas é o aumento da taxa básica de juros. No pós-crise, com a economia aquecida, o BACEN iniciou um novo ciclo de aumento da Selic, de 8,75% para 11,75% ao ano. Outras medidas também foram viabilizadas, como a restrição ao financiamento de carros e a exigência de mais capital aos bancos para empréstimos consignados de prazo superior a 36 meses, o que tornou mais difícil o refinanciamento com empréstimos consignados.

As medidas já são percebidas no ritmo de crescimento da economia, pois no 2º semestre os setores de indústria e agropecuária interromperam o ritmo de crescimento.

No Brasil, basta a economia crescer em ritmo mais forte para que a inflação fique em evidência. Contudo, não necessariamente um crescimento forte do PIB implica em pressões inflacionárias. Na China, o PIB cresceu 10,3% e a inflação foi de 4,6% em 2010. Todavia, enquanto os chineses investiram

48% do seu PIB em 2009 e sua capacidade produtiva acompanha o rápido crescimento da demanda, o Brasil investiu somente 17% do PIB no mesmo ano.

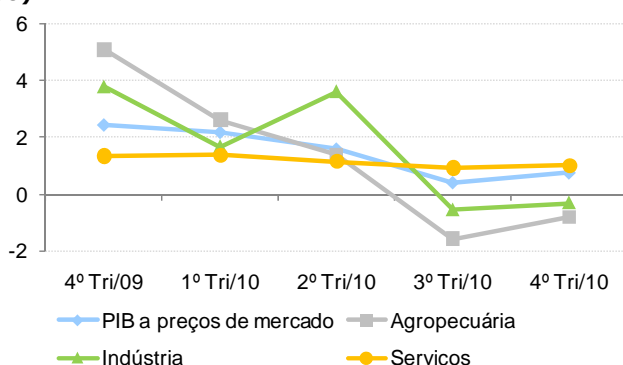
Para o setor de saúde suplementar o ano de 2010 foi bom. O número de beneficiários cresceu 8,3% nos 12 meses terminados em setembro de 2010 e espera-se que a receita do setor supere os R\$ 70 bi no ano.

O desafio do setor são os custos assistenciais, que consomem uma fração equivalente a 81% das receitas. O restante, 19%, deve custear: impostos, despesas administrativas, taxas, despesas de comercialização, dentre outros. Em outros ramos de seguro as despesas com as indenizações dos eventos cobertos, ou a sinistralidade, consome uma porcentagem menor da receita: 50% em média, para todos os ramos de seguros.

O Setor também aguarda solução para questões importantes que estão sendo discutidas no âmbito da agência reguladora. Estão na pauta de discussões: os art. 30 e 31 da lei nº 9.656, que versa sobre a continuidade de aposentados em planos coletivos empresariais; o financiamento dos idosos; os planos de previdência para saúde; e a remuneração dos prestadores de serviços, tendo em vista que nova regulamentação impede os hospitais de auferir margem na comercialização de materiais e medicamentos. Além destes, no mês de abril, a ANS estabelece o reajuste máximos para os planos individuais posteriores à regulação. Para a decisão a agência baseia-se nos reajustes de planos coletivos. Porém, os planos coletivos têm perfil de uso de serviços de saúde muito diferente do registrado nos planos individuais. Além disso, nos planos coletivos as empresas contratantes de planos podem ajustar a configuração dos benefícios para reduzir o reajuste, o que não é possível em planos individuais. Atualmente, a ANS conduz um grupo técnico para discutir a criação de um novo modelo de reajuste, que seja mais apropriado à realidade do setor.

Luis Augusto Carneiro
Superintendente Executivo

Gráfico 1 – Variação trimestral por setor de atividade com ajuste sazonal 2009 - 2010 (Base: média 1995 = 100)



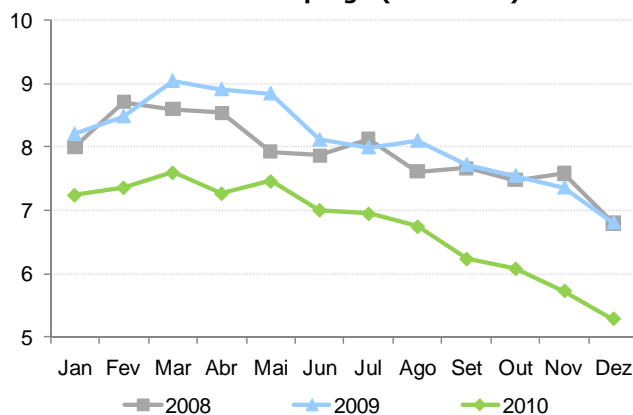
Fonte: Contas Nacionais - IBGE

Tabela 1 - Expectativas de mercado para 2011

Indicador	Expectativa
IPCA (%)	5,82
IGP-M (%)	6,97
Meta Taxa Selic (%)	12,50
Câmbio (R\$/US\$)	1,70
PIB (%)	4,10

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 11/Mar/2011

Gráfico 3 - Taxa de desemprego (% da PEA)



Fonte: PME - IBGE

Tabela 2 - PME: Distribuição da PEA segundo posição na ocupação - Set/09 e Set/10

População Ocupada	Posição Dez/09		Posição Dez/10	
	PEA (%)	Em mil pessoas	PEA (%)	Em mil pessoas
Com carteira	48,8	10.749	51,1	11.594
Conta própria	18,8	4.156	18,1	4.066
Sem carteira	19,2	4.193	18,0	3.934
Empregadores	4,6	976	4,5	1.004
Não remunerados	0,7	123	0,5	125
Setor público	7,8	1.611	7,8	1.721

Fonte: PME - IBGE

1. Cenário macroeconômico

1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

No ano de 2010, o PIB brasileiro foi de R\$ 3,675 trilhões e registrou expansão de 7,5% em relação ao ano de 2009. Apesar do bom desempenho, a economia já mostra sinais de desaceleração. O crescimento do PIB no quarto trimestre de 2010 foi de 0,7%, taxa inferior à registrada no mesmo período do ano anterior (Gráfico 1).

Até o 2º trimestre de 2010 os setores da indústria e de agropecuária alavancaram o crescimento da economia, enquanto o setor de serviços cresceu a uma taxa contínua em torno de 1% ao trimestre durante o ano. Após o segundo trimestre, com o fim dos incentivos fiscais do governo federal e início do aperto monetário pelo BACEN (aumento da taxa básica de juros - Selic), a indústria e a agropecuária frearam sua expansão, reduzindo o ritmo de crescimento do PIB.

Espera-se, para 2011, crescimento de 4,1% para a economia brasileira. As expectativas do mercado indicam inflação de 5,82% no ano. Espera-se também que o BACEN continue elevando a taxa básica de juros para trazer a inflação para patamares mais próximos da meta de 4,5% ao ano (Tabela 1).

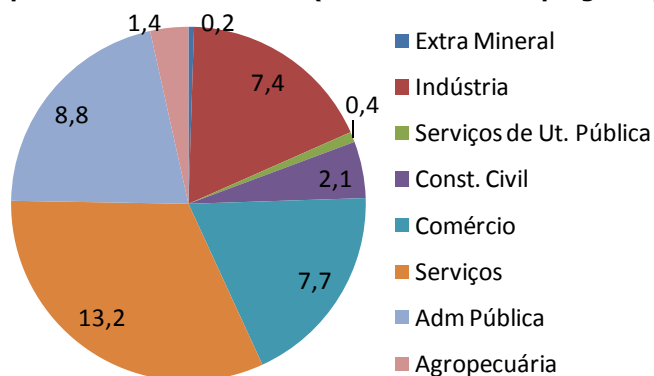
1.2 Emprego - PME

A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país atingiu o menor nível em dezembro de 2010 desde que a série foi iniciada em 2002, 5,3%. Em relação a janeiro de 2010 (7,2%), observou-se uma queda de 1,9 pontos percentuais (Gráfico 3).

O aumento da ocupação foi acompanhado da ampliação do emprego formal. O crescimento dos empregos com carteira assinada, em dezembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009, foi superior ao crescimento do total de postos de trabalho (7,9% ante 2,9%). Com isso, o emprego com carteira atingiu 51,1% do total da população economicamente ativa nas seis regiões metropolitanas da PME/IBGE (Tabela 2).

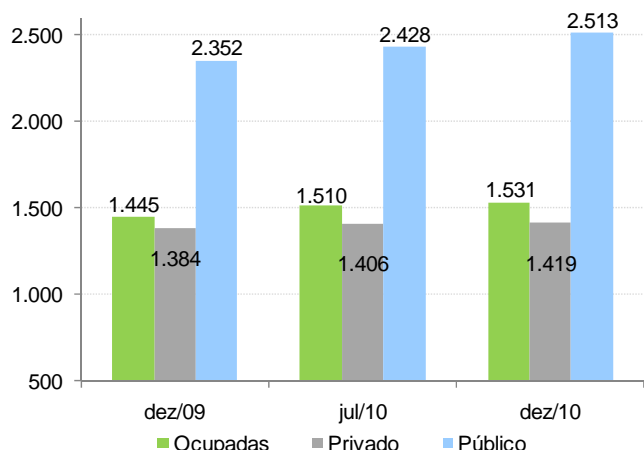
No Brasil, o número de empregados no setor formal era de 41,2 milhões em dezembro de

Gráfico 4 – Número de empregados no setor formal por setores IBGE – 2009 (em milhões de empregados)



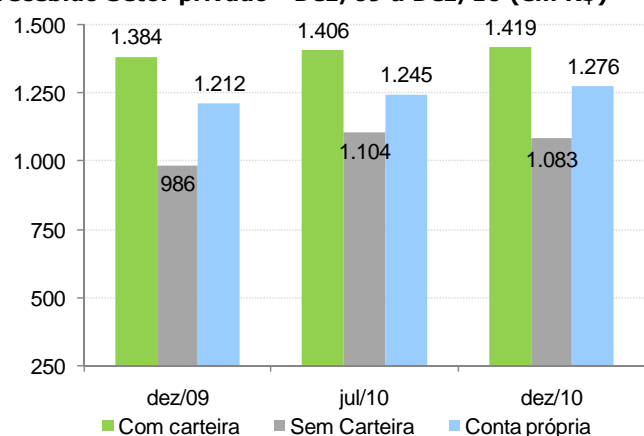
Fonte: RAIS – Ministério do trabalho e Emprego.

Gráfico 5 – Rendimento real mensal habitualmente recebido - Dez/09 a Dez/10 (em R\$)



Fonte: PME – IBGE

Gráfico 6 – Rendimento real mensal habitualmente recebido Setor privado - Dez/09 a Dez/10 (em R\$)



Fonte: PME – IBGE

2009, último ano com dados disponíveis. O setor que mais emprega é o de serviços (13,32 milhões), acompanhado pela administração pública (8,8 milhões), comércio (7,7 milhões) e indústria (7,4 milhões). Os demais setores somados (construção civil, agropecuária, serviços de utilidade pública e extrativa mineral) empregam 4,1 milhões de trabalhadores (Gráfico 4).

1.3 Renda - PME

O rendimento médio real habitual da população ocupada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE fechou dezembro de 2010 em R\$ 1.531. Esse valor é 6% superior àquele contabilizado em dezembro de 2009 (R\$ 1.445). Enquanto o rendimento dos trabalhadores do setor público aumentou 6,8% em dezembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009, no setor privado o aumento dos rendimentos foi de 2,5% (Gráfico 5).

No setor privado, os trabalhadores sem carteira assinada tiveram a maior expansão de sua renda real em 12 meses (9,8%), enquanto que a menor expansão se deu na renda dos trabalhadores com carteira assinada (2,5%) (Gráfico 6).

1.4. Consumo

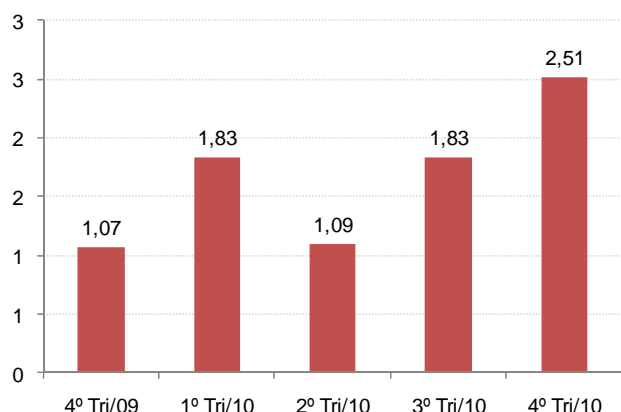
O consumo das famílias aumentou consideravelmente no ano de 2010, 7,5%. Esta expansão pode ser explicada pelas condições favoráveis da economia, como: a expansão do mercado de trabalho, o maior nível de renda, as melhores condições de crédito e os incentivos fiscais do governo (para automóveis e linha branca) (Gráfico 7).

No 2º trimestre de 2010 o consumo das famílias cresceu relativamente menos do que no período anterior, 1,1% ante 1,8%. Este se deve, principalmente, ao corte dos incentivos fiscais e ao aperto monetário do BACEN, que iniciou um novo ciclo de aumento da taxa básica de juros em abril de 2010.

Já no 2º semestre o consumo voltou a crescer, aumentou 4,4% ante 2,9% do primeiro semestre. Este crescimento se deve principalmente ao aumento do emprego e das condições favoráveis do mercado de crédito.

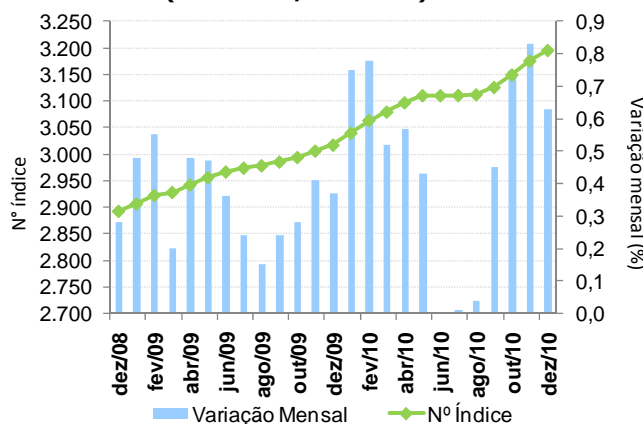
O consumo das famílias em 2011 deverá conti-

Gráfico 7 - Variação trimestral da despesa de consumo das famílias 2009 - 2010 (Série com ajuste sazonal - Base: média 1995 = 100)



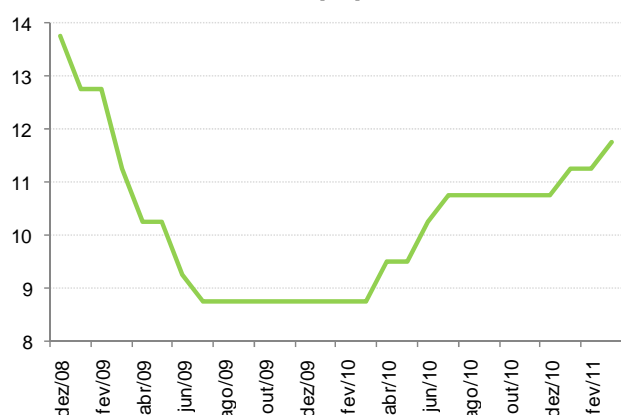
Fonte: Contas Nacionais - IBGE

Gráfico 8 - IPCA: Variação mensal e índice acumulado em 24 meses (Base: Dez/93 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 9 - Meta Taxa Selic (%) - Dez/08 a Dez/10



Fonte: Bacen

nuar crescendo em decorrência da expansão da massa salarial, do emprego e das condições de financiamento. No entanto, o crescimento deve ser verificado em patamares inferiores aos registrados em 2010, principalmente devido à menor taxa de crescimento da economia e ao esperado aperto monetário do BACEN.

1.5 Inflação

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - que leva em consideração a variação nos preços dos bens adquiridos por consumidores com renda entre 1 e 40 salários mínimos - subiu 2,23% apenas no quarto trimestre de 2010. Com este resultado o IPCA fechou o ano de 2010 em 5,91%, 1,41 pontos percentuais acima da meta do BACEN de 4,5% ao ano. Porém, ainda dentro do limite de variação estabelecido de 2 pontos percentuais para mais ou para menos (Gráfico 8).

A expectativa para 2011 é de IPCA próximo de 5,82% (Boletim Focus de 11/03/11). A expectativa de inflação superior à meta estipulada deve implicar em um ciclo mais longo de aperto monetário pelo BACEN.

1.6 Taxas de Juros e Mercado de Crédito

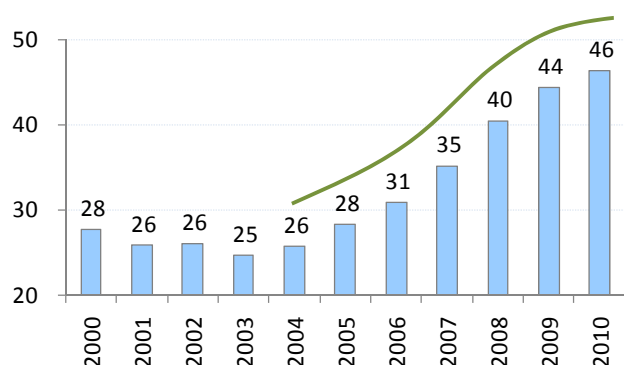
Na segunda reunião de 2011 o Comitê de Política Monetária (Copom) optou pela elevação da taxa básica de juros do Brasil para 11,75% ao ano. A decisão foi tomada por unanimidade. Com o aumento dos juros o BACEN busca reduzir a oferta de dinheiro na economia e, conseqüentemente, trazer a inflação para taxas próximas à meta (Gráfico 9).

O crédito já representa 46% do PIB (dez/10), ante 44% doze meses atrás (dez/09). O ciclo de expansão do crédito teve início em 2003, mas desde 2009 a relação crédito/PIB cresce a taxas decrescentes. A relação crédito/PIB ainda está longe do padrão de países desenvolvidos (superior a 100%). Entretanto, as taxas de juros brasileiras são muito superiores aos padrões internacionais, o que pode representar uma barreira à ampliação da relação crédito/PIB (Gráfico 10).

1.7 Câmbio

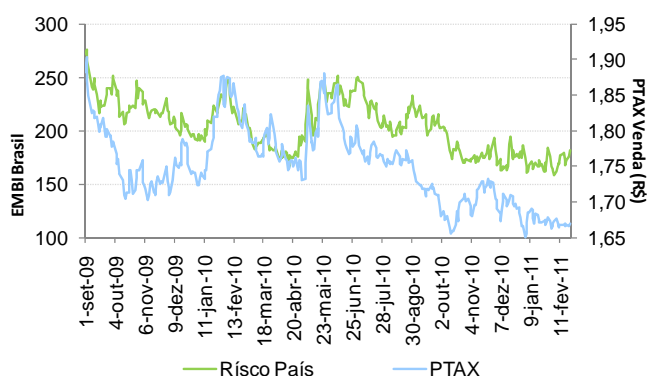
O câmbio, influenciado pela baixa do risco país e pelos elevados juros reais apresenta tendência de valorização do real, que chegou a R\$

Gráfico 10 - Relação Crédito/PIB (%) - Dez/00 a Dez/10



Fonte: Bacen e IBGE.

Gráfico 11 - Cotação diária PTAX Venda e Embi Brasil - Set/09 a Set/10



Fonte: J. P. Morgan e Bacen

1,67 em 11/fev/11 (Gráfico 11). A valorização do real implica na perda de competitividade dos produtos brasileiros, pois estes chegam ao mercado internacional com preços mais elevados.

A desvalorização do dólar é um fenômeno mundial. Os EUA têm feito sucessivas tentativas de reaquecer a sua economia desde a crise financeira. As principais medidas são a compra antecipada de títulos do governo e a manutenção de taxas de juros próximas a 0% ao ano. O objetivo é aumentar a oferta de dólar e estimular o consumo. No entanto, tais medidas têm repercussão nas taxas de câmbio em todo o mundo. A oferta crescente de dólar no mercado mundial tende a escoar para diversos mercados em busca de rendimentos maiores. Em países como o Brasil, cuja economia está aquecida e as taxas de juros são elevadas, a tendência é de aumento da oferta de dólar e, consequentemente, desvalorização dessa moeda.

1.8 Resumo – Cenário macroeconômico

Variável	Jan-Dez 2009	Jan-Dez 2010	Δ% no período
PIB (R\$ Milhões correntes)	3.419	3.675	7,49
Consumo do governo (R\$ Milhões correntes)	695	778	12,01
Consumo das famílias (R\$ Milhões correntes)	1.966	2.226	13,20
Emprego e Renda	Dez/09	Dez/10	Δ% Dez-10/Dez-09
População Ocupada (milhares)	21.814	22.450	2,9
Empregados com carteira assinada (milhares)	10.749	11.594	7,9
Empregados no setor público (milhares)	1.611	1.721	6,8
Renda média real (R\$)			
Setor privado com carteira assinada (R\$)	1.383,89	1.410,50	1,9
Setor público (R\$)	2.351,81	2.477,10	5,3
Inflação	Dez/09	Dez/10	
IPCA (%) – Variação em 12 meses	4,31	5,91	
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	-1,72	11,32	
Juros e Câmbio	Dez/09	Dez/10	Δ% Em 12 meses
Taxa de Juros Selic (%)	8,75	10,75	+ 2,0 p. p.
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	1,74	1,67	-4%

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil

Equipe Técnica:

Luis Augusto Carneiro - Superintendente Executivo
 Marcos Novais - Consultor

2. Saúde Suplementar em Números

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar são os divulgados em dezembro de 2010, com data-base setembro de 2010, já analisados na 15ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de dezembro de 2010, disponível em <http://www.iless.org.br/Naciss15eddez10.pdf>.

Brasil		Assistência Médica							
		Beneficiários	Participação (%)	Variação (%)					
				3° Tri/09	4° Tri/09	1° Tri/10	2° Tri/10	3° Tri/10	12 Meses
Total		44.783.766		1,6	1,9	1,9	2,0	2,3	8,3
Capital		18.895.273	42,2	1,4	1,7	1,3	1,5	2,3	7,1
Região Metropolitana		31.079.066	69,4	1,7	2,0	1,8	1,9	2,5	8,5
Contratação	Individual	9.475.202	21,2	1,3	0,9	1,0	1,3	1,7	5,0
	Coletivo	32.961.641	73,6	1,7	2,3	2,4	2,4	2,9	10,4
	Empresarial	25.945.299	57,9	2,0	2,7	3,3	3,2	3,8	13,6
	Por Adesão	6.968.855	15,6	0,9	1,1	-0,4	-0,4	-0,4	-0,2
	Não Informado	2.346.923	5,2	1,0	0,8	-1,2	-1,5	-3,1	-4,9
Época do Contrato	Antigos	8.790.226	19,6	-1,6	-1,0	-1,2	-1,2	-1,4	-4,7
	Novos	35.993.540	80,4	2,6	2,7	2,7	2,8	3,3	12,0
Faixa Etária	0 a 18 anos	11.178.585	25,0	1,4	2,1	1,7	1,9	2,0	8,0
	19 a 58 anos	28.189.891	62,9	1,7	1,9	2,0	2,1	2,5	8,6
	Acima de 59 anos	5.399.366	12,1	1,6	1,6	1,8	1,5	2,0	7,1
Gênero	Masculino	21.018.446	46,9	1,7	1,9	2,0	2,2	2,5	8,9
	Feminino	23.765.320	53,1	1,5	1,9	1,8	1,8	2,1	7,7
Modalidade	Autogestão	5.288.105	11,8	0,1	0,4	2,6	0,5	-0,1	3,4
	Cooperativa	16.041.352	35,8	2,1	2,4	1,8	2,3	3,0	9,8
	Filantropia	1.504.994	3,4	2,6	1,9	2,7	3,1	2,3	10,3
	Medicina de Grupo	16.567.239	37,0	1,7	1,7	1,8	1,7	2,0	7,5
	Seguradora	5.382.076	12,0	0,8	2,8	1,4	2,8	3,5	10,8
Segmentação	Referência	6.410.005	14,3	1,7	1,5	3,8	2,6	2,6	10,9
	Hosp. e Amb.	33.194.194	74,1	1,6	2,0	1,9	2,3	2,6	9,2
	Hospitalar	671.335	1,5	-0,4	0,0	-4,0	-6,2	7,1	-3,6
	Ambulatorial	2.197.037	4,9	1,9	3,0	1,6	0,6	2,0	7,4
	Não Informado	2.495.866	5,6	1,7	1,2	-0,8	-1,5	-2,9	-4,0
Brasil		Odontológico							
		Beneficiários	Participação (%)	Variação (%)					
				3° Tri/09	4° Tri/09	1° Tri/10	2° Tri/10	3° Tri/10	12 Meses
Total		13.878.986		6,8	6,6	2,3	2,1	3,7	15,3
Capital		6.544.517	47,2	7,9	7,7	2,4	2,5	4,8	18,4
Região Metropolitana		1.605.264	11,6	8,1	7,8	3,2	2,2	4,3	18,7
Contratação	Individual	2.283.138	16,5	12,4	10,7	0,9	3,0	3,8	19,4
	Coletivo	11.409.841	82,2	5,9	5,8	2,5	2,0	3,8	14,8
	Empresarial	7.518.059	54,2	7,7	5,1	3,6	6,7	0,0	25,1
	Por Adesão	3.657.893	26,4	5,2	3,1	-1,7	-0,6	-1,7	-0,9
	Não Informado	186.007	1,3	4,2	4,6	3,4	-2,6	-2,9	2,4
Época do Contrato	Antigos	498.254	3,6	-7,0	-4,7	-0,8	-3,4	-2,0	-10,5
	Novos	13.380.732	96,4	7,6	7,1	2,4	2,3	3,9	16,6
Faixa Etária	0 a 18 anos	3.104.964	22,4	7,0	6,6	2,0	1,9	3,3	14,4
	19 a 58 anos	10.143.086	73,1	6,8	6,6	2,3	2,1	3,8	15,5
	Acima de 59 anos	627.209	4,5	7,2	6,0	2,3	4,1	3,8	17,2
Gênero	Masculino	6.946.718	50,1	6,5	6,4	2,4	2,1	3,5	15,2
	Feminino	6.932.268	49,9	7,1	6,7	2,1	2,1	3,8	15,5

Fonte: ANS - Tabnet - Pesquisado em 21/Set/10; Elaboração: IESS